

KRIKATI

A invasão foi "civilizada"

Os fazendeiros chegavam de mansinho, agradavam os chefes com brindes e, humildemente, pediam permissão para tocar uma roça no território indígena...

O povo Krikati vive na aldeia São José, entre as cidades de Montes Altos, de onde dista 18 quilômetros, e Sítio Novo, a 30 quilômetros, à margem da MA-028, no Estado do Maranhão. É um dos 16 grupos de língua Jê e cultura Timbira que habitavam o Sul do Maranhão até as primeiras décadas do século XIX, época em que para lá se dirigiram os criadores de gado oriundos de outros Estados, como a Bahia e Goiás.

Estimava-se em 12.000 o número dos falantes da língua Jê no Maranhão até o início do século passado. Os próprios Krikati parecem ter sido um povo numeroso a julgar pela extensão territorial por eles ocupada até 1814, época em que começaram a chegar os invasores. Seu território compreendia as terras hoje pertencentes aos municípios de Imperatriz e Montes Altos. Eles próprios lembram que a cidade de Imperatriz, mais precisamente a Igreja de Santa Tereza, foi erigida sobre uma antiga aldeia indígena.

O contato com o "civilizado", como em todo o Brasil, ali também fez numerosas vítimas, quer pelo confronto direto e sangrento, quer pelo contágio de doenças até então desconhecidas dos indígenas, como foi o caso da epidemia de varíola, espalhada entre os Timbira a partir de Caxias, fazendo vítimas à margem esquerda do rio Tocantins, a 1.800 quilômetros de distância, segundo informa Darcy Ribeiro em "Os índios e a civilização" (1982). Mas isso era apenas o prenúncio do que estava por vir pelas mãos dos criadores de gado.

A invasão do território Krikati se deu de uma forma particular. Os brancos se dirigiam às aldeias, agradavam os chefes com brindes e pediam permissão para fazer roça. Segundo os Krikati, eram humildes e não faziam mal a ninguém. Só que estes "humildes" senhores "esqueceram-se" de dizer aos seus descendentes que aquelas terras lhes haviam sido emprestadas temporariamente pelos Krikati, os legítimos donos. Por essa razão, esses descendentes passaram a tratar os índios como se fossem seus agregados. A essas alturas os Krikati já haviam percebido que aqueles brancos não eram humildes e nem vieram "botar" uma roça. Daí em diante tem início o conflito mais sistemático.

Esse conflito durou vários anos, tendo se acirrado em algumas épocas. Numa dessas crises, os Krikati se refugiaram na Serra da Desordem onde fizeram uma aldeia. Lá a vida era difícil, faltava água e a alimentação era escassa. Amaro, um dos invasores, mandou um serviçal subir a serra com a promessa de que após ele viria um grupo de sertanejos com

bastante comida e que eles (Krikati) deveriam recepcioná-los. Os índios concordaram e mais de 20 deles foram massacrados. Por essas mortes o referido fazendeiro indenizou-os com bens materiais, segundo informa Delvair Melatti, no "Relatório sobre a eleição da área dos Krikati" (1980).

Ainda está na memória dos Krikati o episódio relatado por Melatti, segundo o qual um dos fazendeiros matava os jovens índios da seguinte maneira: convidava-os a irem à sua fazenda. No caminho eram amarrados de cabeça para baixo e obrigados a beber sebo derretido. Essa prática era uma repreensão pelo costume que os Krikati adquiriram de comer carne de gado. É importante lembrar que esse costume se impôs pela escassez da caça, afugentada pela presença maciça do boi.

No ano de 1919, quando Curt Nimuendaju visitou os Krikati, o quadro era o seguinte: "... aqui estes indígenas estão vivendo pauperrimamente e numa triste condição por causa da pressão de parte dos fazendeiros, que usurparam todo o domínio tribal, deixando para os indígenas a escolha entre o abandono do seu último povoamento ou serem massacrados".

Em 1929 eles viviam pressionados pelos fazendeiros que os queriam massacrar. Isso só não aconteceu



Júlio Azcarate

Homem e criança Krikati durante uma festa em abril de 1988

porque Marcelino Miranda, funcionário do SPI, sob as ordens do presidente da Província do Maranhão, Magalhães de Almeida, que por sua vez se achava pressionado pelos fazendeiros, decidiu transferi-los para as margens do rio Ourives, no município de Barra do Corda. A essa decisão eles responderam incendiando a aldeia e se dispersando. Só um pe-

queno grupo seguiu com Marcelino Miranda a pé para Barra do Corda. Nessa época, segundo Nimuendaju, o quadro era o seguinte: "Abandonados, inutilmente pediram aos Apinayé e aos Apa'nyekra para refugiá-los, os Krikati se espalharam por todas as direções. Não conheço onde os sobreviventes possam estar escondidos hoje em dia, mas provavelmente eles desistiram de existir como tribo distinta".

O povo Krikati, voltou a se reunir, a cultuar sua memória, readaptando seus rituais, reinterpretando o mundo a partir de seus mitos, por acreditarem na viabilidade do amanhã. Por extensão também acreditavam na "sensatez" dos homens, seus vizinhos e contemporâneos, por eles chamados de "cristãos civilizados". É por isso que esperam há mais de 20 anos pela decisão da Justiça, também "civilizada".

Advogar hoje que a terra dos Krikati deve ser proporcional à sua população, desconsiderando sua cultura e sua história, equivale a assinar o atestado de óbito de mais um povo indígena no Brasil. Equivale também a admitir que os brasileiros ocidentais são por natureza insanos, pois caminham no tempo sem mudar de atitude, seguindo as mesmas pegadas equivocadas dos seus imediatos ascendentes. Os inimigos dos Krikati têm acirrado uma campanha pela redução do seu território, para que eles fiquem confinados em um gueto cercado de brancos por todos os lados. E isso é feito sob a alegação de que eles são poucos. Quem defende a redução do território dos Krikati está apostando no seu extermínio.

Interessa informar que todos os títulos dos pretensos proprietários das terras dos Krikati foram considerados nulos pelo juiz federal Cândido Artur de Medeiros em 1991, por não apresentarem cadeia dominial.

A Constituição Federal de 1988 e a Portaria n° 328 do Ministério da Justiça, de 8 de julho de 1992, que demarca administrativamente as terras dos Krikati, estão mais uma vez sendo colocados sob os interesses políticos e econômicos dos inimigos do povo indígena. Esses senhores estão pressionando o ministro da Justiça para reduzir sensivelmente a Área Indígena Krikati, o que impediria a sobrevivência física e cultural desse povo.

A resistência histórica dos Krikati e sua resignada espera por uma solução pacífica deste conflito quase secular se nos impõe como um convite para que nos aliemos a eles em defesa de sua sobrevivência.

Maria Mirtes dos Santos Barros
Cimi - MA

Nem o Exército escapa

As pressões contrárias à demarcação da terra dos Krikati parecem ser tão poderosas que, diante delas, até mesmo o Exército foi obrigado a recuar. O recuo aconteceu em setembro passado, quando o ministro Zenildo Zoroastro determinou que uma equipe do Exército suspendesse os trabalhos de demarcação que realizavam naquela área.

A Funai solicitou o trabalho do Exército justamente por se tratar de uma área conflitiva, com invasores resistentes à demarcação. Os invasores são insuflados por políticos da região, como o ex-prefeito Nelson Castilhos, cassado em 1992 por corrupção, a prefeita de Montes Altos, Mirilandes Jales de Souza, e a deputada federal Roseana Sarney, filha do famigerado ex-presidente da República.

O Exército foi credenciado para realizar os serviços de cartografia e topografia através de convênio firmado com a Companhia Vale do Rio Doce, com a intermediação da Funai, em julho do ano passado. O convênio incluía também a demarcação da Área Awá, do po-

vo Guajá, cujas terras também estão invadidas por fazendeiros. A equipe dos técnicos do Exército, no entanto, foi impedida de trabalhar por setores da população de Montes Altos, comandados pelos políticos citados e por fazendeiros invasores da área.

No entendimento do Cimi, há que fazer uma distinção entre os fazendeiros e os pequenos lavradores que ocupam a área indígena. Neste último caso, o Cimi sempre defendeu que eles sejam retirados, porém, reassentados em outros terrenos, em condições dignas.

Segundo levantamento da Funai, a Área Krikati está ocupada por 6.930 não-índios, que moram em 21 fazendas e 589 posses. Cerca de 45% das posses foram instaladas depois da suspensão da demarcação, em 1980, quando a área já se encontrava sub judice, segundo parecer da Superintendência de Assuntos Fundiários da Funai (n° 5/CEA/março de 1992). Numa ação judicial, os títulos dos pretensos proprietários foram declarados nulos.